



Title	A Belle Époque tupiniquim : novas ideias, velhos paradigmas
Author(s)	Dezem, Rogério Akiti
Citation	ブラジル研究. 2011, 7, p. 33-53
Version Type	VoR
URL	https://hdl.handle.net/11094/106525
rights	
Note	

The University of Osaka Institutional Knowledge Archive : OUKA

<https://ir.library.osaka-u.ac.jp/>

The University of Osaka

***A Belle Époque* tupiniquim: novas ideias, velhos paradigmas**

Rogério Akiti Dezem¹

*L'oubli, et je dirai même l'erreur historique, est un facteur
essentiel de la création d'une nation.* (O esquecimento,
até o erro histórico, é fator essencial na criação de uma nação.)

(Qu'est-ce qu'une nation? Ernest Renan, 1882)

1. Entre o pessimismo e a inviabilidade

O Brasil do *fin de siècle* não ficou imune às transformações advindas da Europa, sofrendo de modo singular as mudanças ocorridas na transição do século XIX para o XX. Esse período denominado *Belle Époque* (1870-1914) nos remete a um universo onde as certezas estavam na ordem do dia, com o rápido desenvolvimento tecnológico dando ensejo a uma sociedade de “sonhos ilimitados”.²

Nessa realidade de paradoxos, na qual a eletricidade e a velocidade, o progresso e a civilização tornaram-se elementos de transitoriedade em um período cujas noções de tempo e espaço começaram a sofrer radicais mudanças,³ a ideia de progresso aliada a ciência deu origem à era dos *-ismos*, que tudo procurava explicar,

classificar e, se necessário, *corrigir*. Arelado ao rápido desenvolvimento de algumas nações europeias como Inglaterra, França e Alemanha, esse momento histórico também ficou conhecido, no Brasil, como o “período hegemônico do pensamento racial”, pois teve como suporte para a explicação das “diferenças” entre os seres humanos, as teorias racialistas importadas da Europa.

Contemporâneo daquelas transformações, o sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918) escreveu que as ciências, que estavam em formação naquele período, serviram de abrigo provisório aos problemas que pairavam no ar, atraindo dessa maneira todos os “apátridas” do meio científico.⁴ Para a ingenuidade de muitos, a *scientia* transfigurou-se na “detentora da verdade”, verdade que estava entesourada e que, sob o prisma do *progresso*, fez do homem o seu manipulador. Expressiva dessa mentalidade foi a frase do obscuro químico francês Marcellin Berthelot, que, em 1887, afirmava: “Para a ciência, o mundo de agora em diante não tem mistério”.⁵

O “novo” estava na ordem do dia, originando a necessidade de se adequar o *modus pensanti* das filosofias e teorias em voga no Velho Continente à realidade tupiniquim, para que se ajustasse o Brasil (considerado “atrasado”) ao mesmo compasso do que poderíamos chamar de a “era das certezas”. Para dar início a esse processo, tornava-se urgente, segundo a nascente *intelligentsia* brasileira atuante no final do século XIX, que o Brasil superasse seu atraso cultural “acelerando sua marcha evolutiva”, de modo que pudesse alcançar “a parcela mais avançada da humanidade”.⁶ O Rio de Janeiro – por vocação natural e capital do país a ser “regenerado” – surgiu como o grande centro responsável pela propagação das ideias inovadoras da *Belle Époque* no Brasil. O modelo de governo republicano instaurado no país a partir de 1889, aos olhos dos *próprios republicanos* (independente da corrente republicana - liberal ou positivista), representaria a modernidade capaz de libertar a jovem nação brasileira da “letargia da monarquia” e da “barbárie da escravidão”. Com esse intuito, foram criados novos símbolos para “um novo Brasil”: hinos, bandeiras, heróis e modelos foram substituídos (ou alterados em seus significados), objetivando

marcar a *diferença*⁷ e diminuir o atraso do país em relação à Europa, na tentativa de alcançá-la.

Para a sociedade brasileira do final do século XIX foi trazido, pela primeira vez, à luz do debate intelectual, um retrato da situação paradoxal em que se encontravam os vários “Brasis” - cosmopolita/provinciano, moderno/arcaico, liberal/oligárquico. Nesse mesmo momento, o País vivenciava a “passagem de uma sociedade analfabeta para uma sociedade na qual já proliferam os meios de comunicação em massa”.⁸

O principal coadunador das questões culturais personificadas no imaginário coletivo naquele momento de transformações pode ser expresso em uma pergunta que se tornou um dos grandes paradigmas da historiografia nacional: *Desde quando o Brasil é uma nação?*⁹

Como ponto de partida para responder essa questão, devemos nos valer da análise do imaginário do período, com o foco na maneira pela qual as teorias formuladas e alardeadas como científicas na Europa foram adaptadas ao contexto nacional. *Ab initio* elas deveriam servir como explicação à realidade brasileira.

Dentre essas múltiplas correntes teóricas, duas encontraram terreno fértil, conquistando seguidores: as teorias de cunho racista, como as do diplomata e escritor francês Arthur de Gobineau (1816-1882), e o evolucionismo do filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), além do pensamento positivista desenvolvido nas teorias do sociólogo August Comte (1798-1857), conterrâneo de Gobineau. As duas primeiras tiveram seu reduto em parte da nascente intelectualidade nacional: médicos e bacharéis, agentes propagadores e transformadores; a terceira foi endossada por parte dos republicanos e por uma parcela jovem do oficialato do exército brasileiro, conhecida como “mocidade militar”, formada pela Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Esse terceiro grupo baseava-se nos cânones cientificistas e nos ideais de “disciplina, ordem e progresso”, que deveriam modelar o *novo* país que nascia após a proclamação da República. Desde a década de 1860, as faculdades da capital federal, em seus cursos de engenharia e

matemática, principalmente, tinham a filosofia positivista usada por muitos docentes como “explicação lógica da ciência à sociedade”.¹⁰

Do final do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, a influência francesa pode ser notada nos costumes, ideias, modo de vida e literatura no Brasil. A grande propagadora dos ares da *Belle Époque* no país foram as livrarias francesas (como a famosa livraria Garraux em São Paulo), que, por um bom tempo transformaram-se em espaço de sociabilidade dos escritores nacionais. Desse modo o intenso contato com o pensamento de Spencer, Gobineau e Comte fez com que, no plano científico, imperassem as ideias evolucionistas, do darwinismo social, do positivismo e do materialismo, teorias que conquistaram as elites políticas e intelectuais brasileiras.¹¹

Nesse contexto histórico dinâmico, onde a criação e divulgação de ideias eram cada vez mais velozes, as políticas fundamentadas em teorizações racialistas foram notadas até mesmo no Japão, que na década de 1870, vivenciava um processo de “ocidentalização”, liderado pelo governo Meiji (1868-1912).

No país das cerejeiras, grupos de políticos e intelectuais nativos se dividiam entre três segmentos: um, favorável à ocidentalização radical; outro, à ocidentalização parcial; um terceiro, minoritário, contrário ao processo. Os mais radicais sugeriam que fosse extinta a língua japonesa e adotada uma língua estrangeira (alemão ou inglês), além de uma “renovação” da origem genética *inferior* japonesa pela miscigenação com a origem genética ocidental, vista como *superior*.

No Brasil a busca de respostas para o nosso “enigma da nacionalidade” teve como um de seus *leitmotifs* a necessidade do “esquecimento” da escravidão e a subtração de tudo o que não fosse nativo. Segundo o professor e crítico literário Roberto Schwarz, o resíduo “nesta operação de subtrair seria a substância autêntica do país”.¹²

Exemplo dessa mentalidade em relação “ao outro” pode ser vista em relação aos debates sobre a vinda do imigrante amarelo (inicialmente os chineses) entre os anos de 1878/1879, que, em vez de “subtrair”, viria “somar”. Somar características *negativas*, pois esse elemento não fazia

parte das “projeções raciais” de elevar o Brasil ao mesmo patamar das “nações civilizadas”. Esses discursos podem ser identificados nos jornais, nos quais pululavam artigos contra os chineses, condenando esse tipo de imigração em nome da *scientia* e alertando para uma possível mongolização da raça. Esse foi o tema de um ensaio do médico Costa Ferraz, “O Mongolismo ameaça o Brasil”, que, em 1879, valeu-se de termos da medicina para alertar a população para o perigo da “inoculação do mongolismo”:

(...) brado da mais justa indignação contra a criminosa invasão a que se quer sujeitar o nosso País, de uma raça em que a degradação moral se acentua em seus hábitos seculares e sobressai como um dos mais notáveis característicos.¹³

Inserido nesse discurso “científico” encontramos outro elemento, agora de caráter cultural: a sensação de *estranhamento* com relação ao elemento amarelo (chinês), que não fazia parte da realidade brasileira. Isso, num momento em que se pretendia dar início à “construção da nação brasileira”, soava como um sacrilégio. Será que alguém se recordava da malograda experiência com trabalhadores chineses que foram trazidos ao Rio de Janeiro para plantar chá na Fazenda Santa Cruz em 1814?

Outro intelectual que via na *scientia* a verdadeira resposta para os males do Brasil era Miguel Lemos, presidente do Centro Positivista do Rio de Janeiro, que, em mensagem ao embaixador da China junto aos governos da França e da Inglaterra, em 1881, manifestou-se contra as intenções do diplomata Salvador de Mendonça e do governo de D. Pedro II em dar início a uma corrente imigratória de chinesa. Nas alegações do positivista, tal promoção era contrária às indicações da política e da moral verdadeiramente científicas: “É de se esperar que a sabedoria do Imperador da China há de neutralizar a imprudência de nosso governo, recusando-se a assinar toda e qualquer convenção com o governo do Rio”.¹⁴

Na visão dos positivistas brasileiros, a teoria das raças sistematizada por alguns teóricos europeus (Spencer, Gobineau e

Lapouge) era, na verdade, uma grande mentira e perversidade. Não passando, segundo alguns, de “vandalismos práticos e theoreticos”, sendo necessária “uma intervenção científica e honesta” para que isso fosse corretamente estudado.¹⁵

Notamos nos exemplos acima a inexistência de uma unanimidade nos debates sobre nação e nacionalidade. Desse modo, ao dividir os intelectuais tupiniquins em perfis ligados tão somente “às teorias positivistas”, “às teorias evolucionistas” ou “às teorias liberais”, corremos o risco de simplificar em demasia o complexo quadro do pensamento naturalista brasileiro. Alguns autores do período poderiam ou não estar ligados diretamente às teorias citadas acima. A amálgama dessas teorias em contato com a realidade brasileira através dessa nascente *intelligentsia* acabou por dar o tom do pensamento nacional formulado e divulgado durante a *Belle Époque*. Dessa maneira, vemos que a concepção naturalista no Brasil nem sempre produziu um discurso ajustável à realidade que se desejaria explicar, compreender.

Nesse plano complexo, devemos considerar que uma nação deve nascer da produção do “esquecimento” de certos aspectos de seu passado. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho:

A identidade é uma construção feita de vários ingredientes, em geral carregados de componentes emocionais. A construção dessas identidades exige muitos “esquecimentos” e “erros históricos”, como nos alertou Ernest Renan em sua famosa conferência de 1882 (...).¹⁶

Como passo inicial para a consolidação de um *Estado brasileiro*, tornava-se necessário diferenciar o Brasil (“nós”) de Portugal (“os outros”). Após a Independência, durante as décadas de 1840-1850, no período denominado romântico, elaboraram-se vários discursos baseados, inicialmente, em uma descrição física do país, sempre visto como belo e paradisíaco (visão edênica). Posteriormente *evoluiu-se* - para usar um termo muito em voga na época - para uma descrição do povo ainda em formação, no qual o índio se tornava nosso elemento medieval *par excellence*. Nas décadas de 1870-1880, com o intuito de

construir uma *Nação*, surgem as primeiras tentativas de descrever a sociedade brasileira, que deveria ser “civilizada”, *eliminando* as diferenças sociais por meio de atos políticos e, principalmente, eugênicos.

Podemos afirmar que, naquele contexto da *Belle Époque*, a recém-formada *intelligentsia* tupiniquim era incapaz de criar modelos teóricos próprios, que explicassem a realidade “vista” por eles e, na maioria dos casos, vivenciada de forma distante. Desse modo, as teorias importadas da Europa prestavam-se de “pedra fundamental” para as teorias desenvolvidas em terras brasileiras, mas que pouco ou nada tinha a ver com a realidade nacional do período.

Em 1897, aos olhos do crítico literário Silvio Romero (1851-1914), o país tinha uma “literatura e uma política exóticas, que vivem e procriam em uma estufa, sem relações com o ambiente e a temperatura exterior”.¹⁷ Ainda segundo o autor, havia um *disparate cultural* entre uma minoria europeizada e uma maioria ignorante. Esse contraste devia-se à “aptidão imitativa de mestiços e meridionais, pouco dotados para a criação”,¹⁸ ou seja, para Romero, a culpa de os brasileiros serem meros copiadore de teorias alheias estava na *raça* e não na *classe*. Essa visão será criticada e “corrigida” por Roberto Schwarz, pois não eram as camadas mais baixas que “importavam e copiavam” modelos teóricos europeus, mas sim as elites letradas, que, na sua incapacidade de criar um modelo cultural próprio e abrangente, preferiram, de forma (in?)consciente culpar o atraso e a falta de originalidade brasileira, utilizando-se de teorias racialistas produzidas no Velho Mundo e que foram adaptadas à “realidade” brasileira segundo o viés das elites dominantes.

Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), as cópias e adaptações brasileiras de teorias importadas da Europa, ao se defrontarem com uma realidade totalmente diversa daquela para a qual tinham sido originalmente formuladas, resultaram no fato de que “as fórmulas e as palavras [*dessas cópias e adaptações*] são as mesmas, embora fossem diversos o conteúdo e o significado que aqui passaram a assumir”.¹⁹

Como uma resposta plausível ao sentimento aflitivo e ao caráter racista das palavras de Silvio Romero na passagem do século XIX para o XX, Schwarz afirma que:

(...) o sentimento aflitivo da civilização imitada não é produzido pela imitação, presente em qualquer caso, mas pela estrutura social do país, que confere à cultura uma posição insustentável, contraditória com o seu autoconceito, e que, entretanto já na época não era tão estéril quanto os argumentos de Silvio fazem crer.²⁰

Consolidou-se dessa maneira uma fórmula repetitiva e até “irritante” que irá guiar o pensamento nacional desde os primeiros momentos da instauração do Estado Republicano até meados da década de 1910. Um segundo momento (sob a influência de um pensamento de cunho nacionalista) se estenderá até o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), fundamentado na ideia de que:

Nascido do imaginário do “outro”, feito nome primeiro e realidade depois, o Brasil, para os intelectuais nativos, parece estar sempre por um triz, daí talvez, a necessidade constantemente renovada de certifi-cá-lo.²¹

2. A nascente *intelligentsia* nacional: crise de identidade ou racismo utópico?

Foi nesse período onde as teorias e ideias pareciam estar “fora do lugar”²² foi que, segundo a historiadora Emília Viotti da Costa, se consolidou a figura do *bacharel*, disseminada a partir das três décadas finais do século XIX: agente formador, por excelência, da intelectualidade nacional e que era frequentemente, na cidade, o representante do fazendeiro,²³ proprietário do latifúndio e manipulador das forças de poder. Enfim, o “novo” – o bacharel citadino – continuava atrelado ao “velho” – o oligarca rural – influenciando diretamente na formulação da maior parcela dos discursos da *intelligentsia* nacional. Importante lembrar que parte desses intelectuais do período era oriunda

de famílias cujas atividades eram ou tinham sido essencialmente agrárias: Silvio Romero, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, entre outros. Esses bacharéis criticavam o latifúndio e a escravidão, ao mesmo tempo em que eram dependentes das oligarquias que queriam combater, ocupando cargos públicos para os quais eram nomeados por interferência de elementos da própria oligarquia.²⁴ Parte dessa nascente intelectualidade tupiniquim desempenhava funções no aparelho de Estado, ligadas diretamente à magistratura, e em carreiras da média burocracia, fazendo parte do quadro do funcionalismo público. Dessa maneira, o escritor brasileiro salvava-se da crônica ausência de público leitor para suas obras, dado ser a maioria da população semialfabetizada ou analfabeta. Essa dependência dos intelectuais em relação ao Estado deu ensejo a que boa parte deles tivesse, inicialmente, uma atitude “não crítica” em relação ao modelo republicano recém-instaurado no país.

Continuando na esfera das “ideias fora do lugar”, a intensa modernização das cidades, a partir do final do século XIX, deu origem a certas ambiguidades no (ainda) rarefeito pensamento nacional, pois muitos desses intelectuais identificados com o “urbano” não conseguiam, num primeiro momento decifrar a própria realidade, na qual quem mandava ainda eram as oligarquias. A inexistência de “projetos para o Brasil” advém da realidade ambígua vivida por esses pensadores, produtores de discursos sobre o país. Consequência desse fato foi que esses intelectuais:

Inebriavam-se com a literatura europeia, as modas europeias, fossem elas filosóficas ou políticas. Nesse sentido, a cidade teria para eles um efeito alienador. Mesmo quando cientes da distância que havia entre a teoria e a prática, entre a cidade e o campo, iam buscar nos modelos interpretativos europeus a explicação para o que lhes parecia a “anomalia” da realidade brasileira, encontrando nas teses racistas de Gobineau e Lapouge ou nas doutrinas deterministas de Ratzel a explicação que não eram capazes de encontrar na análise da realidade brasileira.²⁵

Desse modo, segundo Viotti, os intelectuais, por estarem naquele momento vinculados direta ou indiretamente às oligarquias, “limitavam-se a interpretar o ponto de vista dos setores mais progressistas” e, ao

ultrapassar esses limites se tornaram “incapazes de formalizar outros tipos de aliança e seu radicalismo se esgota num verbalismo pouco eficiente”. Modelos dessa afirmação podem ser vistos nos discursos proferidos durante o Congresso Agrícola de 1878 e no ano seguinte nos debates sobre a imigração chinesa ocorridos no Senado e na Assembleia paulista. É nesse universo, marcado pela falta de originalidade nos discursos sobre os “rumos do país”, onde o distanciamento entre quem produz o discurso falado e escrito (elites) e quem deveria ser o receptor do mesmo (população), que encontraremos a figura do intelectual tupiniquim *fin de siècle*.

Utilizando-se de uma linguagem culta, rebuscada, difícil e algumas vezes prolixa, como principal “instrumento de trabalho”, esse pretenso formador de opiniões tinha como intuito demonstrar sua erudição em sua própria esfera de relações, fazendo com que seu estilo fosse reconhecido como *marca de doutor*.²⁶

Sob essa mentalidade elitista, transitavam o arcaico/moderno reflexo dos rarefeitos ares da *Belle Époque* nacional. Em busca de soluções, as elites ao apelar para o emigrante de raça amarela, tingiam de “cores fortes” os debates sobre os problemas da lavoura nacional (café). O “progresso” para esses *senhores doutores* (sic) estava na continuidade de todo um processo vivenciado pelos seus avós e pais que, mais especificamente, a Lei do Ventre Livre (1871), começou, mesmo que de forma branda, colocar em xeque. De caráter extremamente conservador, os representantes da aristocracia agrária, por sua vez, compartilhavam dessa mesma ideia: de que não deveriam ocorrer mudanças radicais, mas sim apenas algumas “modificações conjunturais”, para que a ordem das coisas não tomasse outro rumo. Avaliando essa postura fundamentada na conservação do *status quo* em um período dinâmico de transformações históricas, lembramo-nos da figura aristocrática de Don Fabrizio Salina, na imortal obra *O Leopardo*, do escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa, publicada em 1958. O nobre Don Fabrizio, vivendo em um universo de transformações radicais durante o processo da unificação italiana na década de 1860, afirma com uma lucidez incrível que *para que tudo permanecesse como*

estava, ou seja, sem mudanças, *algo deveria mudar*.²⁷ Frase lapidar em que sintetiza todo um período de transformações em que, bem ou mal, o Brasil monárquico e suas elites estavam inseridos.

Importante ressaltar que, além desses discursos produzidos pela elite “pensante” nacional e que se via “pregando no deserto”, também circulavam fortes elementos da cultura popular oriunda da tradição oral e do imaginário das camadas médias e baixas da população brasileira que, até aquele momento era desprezada por uma elite que “apenas” enxergava o que podemos chamar de *Brasil legal* – que se mostrava em franco desenvolvimento, um país “novo”. Relegavam-se ao plano secundário elementos do *Brasil real*, como a escravidão negra, que deveria ser “esquecida”. Sobre a evolução desse modelo de relação política, o historiador inglês Eric J. Hobsbawm observa que:

(...) a ordem social entrou em perigo desde o momento em que o ‘país real’ iniciou sua penetração no recinto fechado do ‘país legal’ ou político, o qual era defendido pelas fortificações da propriedade, pelas qualificações educacionais para o voto e, na maioria dos países, pelos privilégios aristocráticos institucionalizados tais como câmaras hereditárias.²⁸

Para a nascente *intelligentsia* tupiniquim cabia inicialmente estar em sintonia com o mundo da *Belle Époque* e suas transformações, bem como adaptar/transformar o país mediante “o esquecimento” de certos elementos formadores de nossa nacionalidade. Pois, como já foi mencionado, muitos daqueles que poderiam mudar o país, sequer tinham capacidade de entendê-lo...

Vive-se um momento de rarefação cultural no Brasil motivada pela ausência de consumidores de cultura e de um *feedback* que possibilitasse, ao mínimo, alguns “debates”. Isso se deveu a um processo singular ocorrido quando da formação da incipiente opinião pública que, praticamente se formou ao mesmo tempo em que surgia um mercado cultural.

Essa “falta de público” pode ser explicada como uma herança dos tempos coloniais, época em que se estruturou um quadro de dominância

de cultura oral, denominada pelo professor de Teoria Literária da PUC do Rio de Janeiro, Luiz Costa Lima, como *auditiva*, pois tinha no púlpito (as pregações eclesiásticas) e na tribuna os seus veículos por excelência. Sua conformação e disseminação ocorreram, em grande parte, graças ao *efeito de impacto* sobre o receptor, pois a “cultura auditiva é profundamente uma cultura de persuasão. Mas persuasão sem entendimento”.

Ainda segundo Costa Lima:

A cultura auditiva é portanto fundamentalmente uma cultura que se transmite sem cadeias demonstrativas. De *a* passa-se a *y*, sem que o auditório perceba ou questione ou se interesse em questionar a ausência de elos.²⁹

Essa herança cultural tem como resultado principal o desenvolvimento de uma *falta de senso crítico* no cerne da opinião pública nacional que se constituía. Ao avaliarmos o Brasil de *fin de siècle* sob o prisma do discurso racista de Gobineau, notamos um país “atrasado”, formado por uma raça fraca e em processo de degeneração.³⁰ Para os intelectuais tupiniquins, que endossavam muitas das teorias importadas da Europa, tornava-se urgente uma solução para interromper e reverter esse processo de degradação. Essa constatação gerou uma “crise de identidade” pautada em ideais de um “racismo utópico” no cerne do *modus pensanti* da intelectualidade do período no Brasil. Para o sociólogo Renato Ortiz, tornava-se necessário explicar o ‘atraso’ brasileiro e apontar para um futuro:

(...) a possibilidade de o Brasil se constituir enquanto povo, isto é, como Nação. O dilema dos intelectuais desta época é compreender a defasagem entre teoria e realidade o que se consubstancia na construção da identidade nacional.³¹

Os argumentos principais centralizavam-se em duas noções básicas: *meio* e *raça*.³² Sob essa ótica de análise socioantropológica destacavam-se entre outros autores o jornalista e escritor carioca Euclides da Cunha (1866-1909) autor da obra seminal *Os Sertões* (1902), e o crítico literário sergipano Sílvio Romero (1851-1914), cuja

problemática da raça é a que mais se destacava no caso nacional. Para o autor de *História da Literatura Brasileira* (1888), a questão racial é a “base fundamental de toda a história, de toda a política, de toda estrutura social, de toda vida estética e moral das Nações”.³³

Para o médico baiano e mulato Nina Rodrigues (1862-1906), por sua vez, teoria da hierarquização das raças prestava-se para mostrar que “as raças superiores se diferenciam das inferiores”. Para o autor de *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894):

No contato inter-racial e na concorrência social vence a raça superior (...). A História se caracteriza por um aperfeiçoamento lento e gradual da atividade psíquica, moral e intelectual.³⁴

O médico baiano ainda postulava a criação de dois códigos penais em nossa legislação. Um para os negros (vistos como *inferiores* na escala evolutiva europeia) e outro para os brancos (*superiores* na mesma escala).

Vimos, portanto, que foi sob o prisma de um “olhar europeu”, que boa parte da nascente intelectualidade brasileira procurou distinguir a identidade nacional ou seja, pelo enfoque na *questão da mestiçagem*. Nem branco, nem negro, nem índio. A realidade do mestiço vem à luz num momento de transformações sociais e intelectuais de envergadura no Brasil. Nesse contexto, a impossibilidade de se encontrarem respostas imediatas para essa questão, transformava o mestiço na figura simbólica de *inferioridade e atraso*:

(...) a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional na verdade é uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das “raças inferiores”, o que politicamente coloca a construção de um Estado Nacional como meta e não como realidade presente.³⁵

Outro exemplo da influência e da persistência e das teorias racialistas como formuladoras dos discursos acerca da situação nacional

no período da *Belle Époque* brasileira pode ser identificado nas afirmações do historiador e escritor sergipano João Ribeiro em sua obra *História do Brasil*, publicação que chamaríamos hoje de livro didático. Publicada pela primeira vez em 1901, era destinada aos “cursos superiores” (atual Ensino Médio). Este trecho da obra se refere as *raças miscigenas* (mestiços) como formadoras da América Latina:

(...) falta-lhes o sentimento que aquellas idéas presuppõem e as virtudes e qualidades moraes que, ao contrario das theorias, só a educação secular da historia consegue a custo verter o espírito humano (...). Nem sabem governar, nem ser governados (...). O único remedio para esses povos é o mesmo da antiga colonização, o povoamento continuo e a immigração européa (ainda que errada como no tempo de Nobrega) que trabalha nos officios e arroteia os campos, inocula a vida e coordena as desordens e, como dizia, Thomé de Souza, não cobra do thesouro.³⁶

Buscava-se em “alguns elementos” do passado histórico a solução para o futuro. Além da questão da mestiçagem, podemos também notar uma explicação cultural para a situação de “desordem” e da incapacidade do mestiço em adquirir atributos básicos para prosperar, por exemplo, a *falta de disciplina*.

Neste universo de debates acerca da *raça* e da *Nação brasileira* a serem (re)formadas, havia intelectuais que pensavam, ou melhor, faziam uma leitura, a partir do que se debatia, no mínimo, diferente. Entre eles, o jovem deputado pernambucano Joaquim Nabuco (1849-1910) e o (já consagrado) escritor fluminense Machado de Assis (1839-1908).

Com o intuito de mostrar sua opinião sobre o projeto de imigração de chineses para a lavoura, Machado sempre atento “a tudo e a todos”, em 23 de outubro de 1883, transcreveu em sua crônica *Balas de Estalo*, um officio do Vice-Rei da Índia dirigido ao inglês Conde Gravelle, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, publicado originalmente em inglês na *Gazeta de Londres*. Nesse documento identificamos (de forma sarcástica) informações sobre a situação do trabalhador asiático (*chim/chinês*) na Índia, além de uma “curiosa” comparação:

Em primeiro lugar, devo lembrar a V. Ex.^a que é preciso distinguir o chim do chim. O chim comum está muito abandonado em toda Ásia, onde foi suplantado por uma variedade de chim muito superior à outra. Essa variedade, como já tive ocasião de dizer ao governo de Sua Majestade, é o chimpanzé.³⁷

Pairando acima dos interesses de imigrantistas e abolicionistas, Machado de Assis se utilizou do conteúdo dessa missiva para, ironicamente, criticar os partidários a favor e contra a imigração chinesa, “concordando” com o Vice-Rei indiano ao colocar como saída o chimpanzé (!) como substituto do negro. A seu ver, os que eram favoráveis ao *chim*, teriam no chimpanzé uma mercadoria “mais econômica” com as “mesmas aptidões” do “outro”. Àqueles contrários a imigração chinesa que receavam o “abastardamento da raça”, por seu turno, vêm invalidado seu argumento, pois o chimpanzé não se “cruzará” com as raças do país, já *negativamente* miscigenadas, então segundo Machado: “que venha o chimpanzé...”!³⁸

Ironias a parte, podemos notar que além de veiculadas, as obras de caráter racista de Gobineau, Lapouge, Renan e outros teóricos europeus, passaram a ser debatidas em periódicos da imprensa médica no Brasil, como a *Gazeta Medica da Bahia*, de 1865, e, mais tarde, no *Brazil Medico*, de 1887, do Rio de Janeiro. Esses eram, além de Recife, os grandes centros de debate sobre as questões relativas à raça e à eugenia. Em fins do século XIX, a medicina brasileira tomava para si a missão de “salvar a raça brasileira”, posicionando-se como “tutora da sociedade, saneadora da nacionalidade, senhora absoluta dos destinos e do porvir”.³⁹

Baseados nesses discursos racialistas e na teoria do darwinismo social, os médicos Nina Rodrigues na Bahia e Miguel Pereira (1871-1918) no Rio de Janeiro, procuraram formular uma *scientia à brasileira* que resolvesse os problemas nacionais. Para estes homens da ciência, o lema “Igualdade, Liberdade e Fraternidade” não possuía nenhum embasamento científico, o médico político é que deveria assumir a “defesa da raça, da eugenia e por conseguinte, da sociedade”.⁴⁰

Em pouco tempo, notamos que, no caso da medicina se passou da teoria à prática muito mais *facilmente*, e o “nó górdio” em que se encontravam os intelectuais nacionais prometia se transformar aos olhares do “saber médico” em apenas um *simples* laço. O surgimento de novos atores no campo intelectual deu novo fôlego aos debates sobre a questão da raça no Brasil. O bacharel não estava mais sozinho...

Considerações finais

Constatou-se que o tão almejado projeto de formulação de uma *raça histórica nacional* não poderia ser efetivado de uma hora para outra. Ciente disto, a *intelligentsia* nacional começou a formular novos rumos teóricos com o intuito de obter respostas para a situação do país. Desse modo, a construção do Estado Nacional Brasileiro afigurava-se idilicamente como um processo *lento e constante* e que, somente após a década de 1930, encontrou efetivamente uma *práxis*. Inúmeros foram os intelectuais que se esforçaram para definir o caráter nacional brasileiro: para o poeta fluminense Olavo Bilac (1865-1918), éramos uma “flor amorosa de três raças tristes”; para o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987), uma “festiva democracia racial”.

Ao cabo, a nascente intelectualidade tupiniquim, ao tentar construir a imagem de um Estado Nacional, teve de trilhar um longo caminho, em cujo percurso diversos fatores incidiram diretamente no leme que orientava o pensamento nativo. Dentre esses fatores, um dos mais importantes foi a questão imigratória. A entrada de imigrantes com o intuito de catalisar o processo de “branqueamento” da raça brasileira fez com que surgissem novos horizontes, cada vez mais diversos das pretensões almejadas inicialmente pelos intelectuais do período.

Ao invés de produzir referências inovadoras sobre sua época, os pioneiros do pensamento nacional, identificados, *a posteriori*, como a *Geração de 1870*, foram em grande parte, produto de seu tempo. O pessimismo com relação ao futuro da *raça brasileira*, a consciência dividida entre o nacional e o estrangeiro e a própria realidade nacional

do período (1870-1914), impediram que essa emergente intelectualidade *fin de siècle* caminhasse sozinha.

Resquícios desse período de formação de uma primeira geração de intelectuais tupiniquins, podem ser sentidos até os dias de hoje, conforme ressaltou Roberto Schwarz, pois ainda sofremos de *torcicolo cultural*: em caso de dúvida sobre alguma obra, teoria ou nome damos sempre uma “olhada” para saber o que o estrangeiro (“o outro”) já disse ou poderá dizer sobre o tema.

Notas

¹ Historiador e professor visitante de Português e Cultura Brasileira da Universidade de Osaka- Japão.

² COSTA, A.C.; SCHWARCZ, L.M. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2000. p. 25.

³ Ibidem, p. 17.

⁴ SIMMEL, Georg. “Como as formas sociais se mantêm”. In: MORAES FILHO, E.M. (org.). *Simmel – Sociologia*, v. 34. São Paulo, Ática, 1983.p. 46.

⁵ LENTIN, Jean Pierre. *Penso, logo me engano*. São Paulo, Ática, 1996. p. 39.

⁶ SALIBA, Elias T. *Raízes do riso. A representação humorística na História brasileira :da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2002. p. 34.

⁷ COSTA, A.C.; SCHWARCZ, L.M. op. cit., p. 27.

⁸ SALIBA, Elias T. op. cit. p. 36.

⁹ Ibidem. p. 34.

¹⁰ SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. p. 28.

¹¹ MASSI, Fernanda P. “Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960)”. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Vértice/FINEP/IDESP, 1989. p. 413.

¹² SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. *Que horas são? Ensaio*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1997. p. 33.

¹³ FERRAZ, Costa. “O Mongolismo ameaça o Brasil”. *Annaes Brasilienses de Medicina*. t. XXXI, n. 2. Rio de Janeiro, 1879. Biblioteca da Faculdade de Medicina – USP.

¹⁴ LEMOS, Miguel. *Imigração Chinesa: Mensagem a Sua Excelência o Embaixador do Celeste Império junto aos Governos da França e da Inglaterra*. Publicação do Centro Positivista Brasileiro. Rio de Janeiro, 1881, p. 15-6.

¹⁵ Ibidem. p. 4.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. “Terra do nunca: sonhos que não se realizam”. In: BETHELL, Leslie (Org.) *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, p. 47.

¹⁷ SCHWARZ, Roberto. op. cit., p. 41.

¹⁸ Idem.

¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Do Império à República”. t. 2, v. 5. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977, p. 77-8.

²⁰ SCHWARZ, Roberto. op. cit., p. 46.

²¹ PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleção Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sérgio (org.) op. cit., p. 364.

²² Ver a obra de SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas cidades, 1979.

²³ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República*. São Paulo, Edunesp, 1998. p.262.

²⁴ *Ibidem*, p. 263.

²⁵ *Idem*.

²⁶ LIMA, Luís C. *Dispersa demanda ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1981, p. 10.

²⁷ LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O leopardo*. São Paulo; Nova Cultural, 2002.

²⁸ HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1998. p. 126.

²⁹ LIMA, Luís C. *op. cit.*, p. 17.

³⁰ Para Gobineau, “a mestiçagem estaria, aqui como em qualquer lugar, fadada a debilitar a raça: logo os brasileiros viam-se condenados a desaparecerem. Baseando-se num suposto cálculo de probabilidade, Gobineau chega a prever a data do atestado de óbito coletivo da raça brasileira: dali 270 anos”. *Ibidem*, p. 11.

³¹ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 15.

³² *Idem*.

³³ ROMERO, Silvio. *op. cit.*, p. 317.

³⁴ ORTIZ, Renato. *op. cit.*, p. 20.

³⁵ *Ibidem*, p. 21.

³⁶ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1912.

³⁷ ASSIS, Machado de. “Balas de Estalo”. In: COUTINHO, Afrânio (org.). Machado de Assis: Obra Completa. Rio de Janeiro; Nova Aguilar, 1994, v. III, p. 420-422.

³⁸ Idem.

³⁹ SCHWARCZ, Lilian M. *O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1993. p. 202.

⁴⁰ Ibidem, p. 211.

Bibliografia citada

ASSIS, Machado de. “Balas de Estalo”. In: COUTINHO, Afrânio (org.). Machado de Assis: Obra Completa. v. III. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994,.

CARVALHO, José Murilo de. “Terra do nunca: sonhos que não se realizam”. In: BETHELL, Leslie (Org.) *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, A.C.; SCHWARCZ, Lilian. M. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República*. São Paulo, Edunesp, 1998.

DEZEM, Rogério. *Matizes do ‘Amarelo’. A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo, Editora Humanitas/FAPESP, 2005.

FERRAZ, Costa. “O Mongolismo ameaça o Brasil”. *Annaes Brasilienses de Medicina*. t. XXXI, n. 2. Rio de Janeiro, 1879.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Do Império à República”. t. 2, v. 5. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O leopardo*. São Paulo; Nova Cultural, 2002.

LEMOS, Miguel. *Imigração Chinesa: Mensagem a Sua Excelência o Embaixador do Celeste Império junto aos Governos da França e da Inglaterra*. Publicação do Centro Positivista Brasileiro. Rio de Janeiro, 1881.

LENTIN, Jean Pierre. *Penso, logo me engano*. São Paulo, Ática, 1996.

LIMA, Luís C. *Dispersa demanda ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1981.

MASSI, Fernanda P. "Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960)". In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Vértice/FINEP/IDESP, 1989.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PONTES, Heloísa. "Retratos do Brasil: editores, editoras e 'Coleção Brasileira' nas décadas de 30, 40 e 50". In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Vértice/FINEP/IDESP, 1989.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1912.

SALIBA, Elias T. *Raízes do riso. A representação humorística na História brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilian M. *O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. "Nacional por subtração". *Que horas são? Ensaios*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1997.

SIMMEL, Georg. "Como as formas sociais se mantêm". In: MORAES FILHO, E.M. (org.). *Simmel – Sociologia*, v. 34. São Paulo, Ática, 1983.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.